ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: CONCEITOS, DESAFIOS E CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA

MARTA APARECIDA MARTILIANO MARQUES

RESUMO

Este artigo discute a alfabetização e o letramento como processos fundamentais para a formação do indivíduo e o desenvolvimento de uma sociedade mais crítica e participativa. Ao longo do texto, são apresentados conceitos, diferenças e inter- relações entre alfabetização e letramento, destacando-se a importância de práticas pedagógicas contextualizadas e inclusivas. São exploradas questões como os métodos de ensino, o papel do professor, as condições sociais e culturais que influenciam o aprendizado e os desafios que ainda persistem no Brasil, especialmente em comunidades vulneráveis. Além disso, o trabalho aponta caminhos para fortalecer a alfabetização e o letramento, considerando novas tecnologias, políticas públicas e a valorização dos educadores. O texto foi elaborado com linguagem fluida, por vezes mais próxima do leitor, sem buscar a perfeição formal, para tornar a leitura mais envolvente e humana.

Palavras-chave: Alfabetização; Letramento; Educação; Leitura; Escrita; Práticas pedagógicas.

INTRODUÇÃO

Falar de alfabetização e letramento é falar da base de todo o processo educacional. É difícil imaginar qualquer aprendizagem mais complexa sem que a criança ou o adulto consiga dominar minimamente a leitura e a escrita. Mas, ao contrário do que muita gente pensa, alfabetizar não se resume a decorar letras e juntar sílabas. Trata-se de abrir portas para o mundo, criar condições para que a pessoa participe da vida em sociedade, leia o que está ao seu redor, entenda notícias, escreva um bilhete, um e-mail, um texto maior. O letramento amplia isso: é quando a leitura e a escrita não são apenas códigos, mas ferramentas para viver, trabalhar, se divertir, se informar, se posicionar.

No Brasil, esse tema é ainda mais sensível. Apesar dos avanços, muitos alunos chegam ao final do ensino fundamental com dificuldades para interpretar textos simples. Há cidades em que a taxa de analfabetismo ainda é alta e, mesmo onde a alfabetização básica acontece, muitas vezes falta o letramento,

ou seja, a apropriação real da linguagem. Além disso, a pandemia mostrou o tamanho do desafio: sem acesso a internet, sem professores por perto, muitas crianças ficaram para trás.

O objetivo deste artigo é aprofundar esse tema, mostrando de forma detalhada os conceitos, os desafios e as possibilidades de melhoria. É uma reflexão feita de modo acessível, mas com referências importantes, buscando contribuir para o debate sobre como alfabetizar e letrar de maneira mais efetiva e humana.

DESENVOLVIMENTO

Alfabetização e letramento são conceitos que, à primeira vista, podem parecer a mesma coisa, mas, na prática, possuem significados distintos e complementares. Alfabetização refere-se ao processo de aprendizagem do sistema de escrita e leitura, ou seja, o momento em que o indivíduo aprende a reconhecer letras, identificar sons, formar sílabas e, a partir disso, construir palavras e frases. É um processo técnico, cognitivo, que exige repetição, treino e atenção aos detalhes da língua escrita. Quando uma criança aprende que a letra “M” combinada com “A” forma “MA”, e que isso pode se juntar a outras letras para formar palavras como “mãe” ou “mar”, ela está alfabetizando-se. Mas a alfabetização vai além do simples reconhecimento dos símbolos: envolve também a compreensão de que esses símbolos carregam significado e podem ser utilizados para comunicar ideias.

O letramento, por outro lado, amplia esse conceito de forma significativa. Ele não se limita ao domínio da técnica; está diretamente relacionado à capacidade de usar a leitura e a escrita em diferentes contextos sociais e para múltiplas finalidades. Um indivíduo letrado não apenas reconhece letras ou lê palavras isoladas: ele interpreta textos, compreende informações, produz textos co-

erentes e utiliza a escrita como ferramenta de comunicação, aprendizado e participação social. Por exemplo, uma pessoa letrada consegue ler um aviso no ônibus, interpretar uma notícia no jornal, escrever um e-mail formal ou mesmo compreender as instruções de um medicamento. O letramento, portanto, transforma o aprendizado mecânico da alfabetização em competência funcional

e prática, permitindo que a linguagem escrita seja usada de forma crítica e significativa na vida cotidiana.

Essa distinção entre alfabetização e letramento é reforçada por estudos de pesquisadores como Emília Ferreiro e Magda Soares. Ferreiro, por exemplo, estudou a psicogênese da língua escrita e identificou que crianças constroem hipóteses sobre o funcionamento da escrita antes mesmo de receber instrução formal. Isso significa que a alfabetização não começa somente na escola: ela é um processo natural, construído pelo contato da criança com a linguagem escrita em diferentes contextos. Magda Soares complementa essa visão ao explicar que o letramento está diretamente ligado às práticas sociais de leitura e escrita: só se pode considerar alguém letrado quando essa pessoa consegue aplicar a leitura e a escrita de forma funcional e crítica no seu dia a dia, não apenas reproduzir letras e palavras.

É importante destacar que alfabetização e letramento não são processos lineares ou isolados. Eles se interpenetram, se complementam e, muitas vezes, ocorrem simultaneamente. A alfabetização é a base necessária para que o letramento se desenvolva, mas o letramento, por sua vez, retroalimenta a alfabetização, pois ao usar a leitura e a escrita de forma significativa, o indivíduo aprofunda a compreensão do sistema linguístico. Por exemplo, quando uma criança aprende a escrever uma carta para a família, ela pratica a alfabetização ao escrever corretamente as palavras, mas ao mesmo tempo pratica o letramento, pois compreende a função social do texto: comunicar sentimentos, relatar acontecimentos, transmitir informações.

Outro aspecto essencial é que tanto a alfabetização quanto o letramento são influenciados pelo contexto social, cultural e histórico do aprendiz. Crianças que crescem em ambientes ricos em estímulos de leitura – como livros, revistas, histórias contadas pelos pais ou pela comunidade – tendem a construir relações mais sólidas com a escrita desde cedo, facilitando tanto a alfabetização quanto o letramento. Por outro lado, crianças que não têm acesso a esses recursos enfrentam barreiras adicionais, e o papel da escola se torna ainda mais decisivo. Isso evidencia que alfabetização e letramento não são apenas questões técnicas ou cognitivas, mas também sociais, culturais e políticas: garantir que todas as crianças tenham acesso a livros, contação de histórias e práticas significativas de escrita é um ato de justiça educacional.

Além disso, a alfabetização e o letramento devem ser compreendidos como processos contínuos ao longo da vida. Alfabetizar-se não significa atingir um ponto final; letrar-se também não. Mesmo adultos que sabem ler e escrever podem ampliar suas competências de letramento ao longo do tempo, aprendendo a interpretar textos mais complexos, a produzir documentos formais, a navegar em plataformas digitais e a compreender criticamente informações presentes na mídia. A alfabetização inicial é apenas o primeiro passo em uma trajetória que se estende por toda a vida, e o letramento é a aplicação prática e social dessa aprendizagem que dá sentido ao ato de ler e escrever.

Em resumo, enquanto a alfabetização se concentra na aprendizagem técnica da leitura e da escrita, o letramento se preocupa com o uso social e crítico dessas habilidades. Alfabetizar é aprender os códigos; letrar é usar esses códigos para compreender o mundo, comunicar-se, participar da sociedade e desenvolver o pensamento crítico. Ambos são inseparáveis e essenciais para a formação integral do indivíduo, e compreender essa diferença é fundamental para professores, educadores e todos aqueles que atuam no campo da educação. A alfabetização e o letramento não são apenas habilidades escolares: são ferramentas de autonomia, cidadania e transformação social.

Aprender a ler e a escrever não é apenas um processo individual ou técnico. Ele está

profundamente relacionado ao contexto social e cultural em que o aprendiz está inserido. Isso significa que a alfabetização e o letramento não acontecem no vazio: cada criança, adolescente ou adulto traz consigo experiências, hábitos, valores, expectativas e limitações que influenciam diretamente seu processo de aprendizagem. O ambiente familiar, a comunidade, a escola, o acesso a livros, revistas e outros materiais de leitura, além da presença de estímulos culturais, são fatores determinantes na construção dessas habilidades.

Por exemplo, uma criança que cresce em um lar onde os pais leem regularmente livros, jornais ou revistas, ou que recebem histórias contadas com frequência, tende a desenvolver mais rapidamente uma relação positiva com a leitura e a escrita. Ela observa que a linguagem escrita tem função social e valor, não sendo apenas uma obrigação escolar. Por outro lado, crianças que vivem em contextos nos quais o acesso à leitura é restrito ou inexistente enfrentam desafios adicionais. Isso não significa que não possam se alfabetizar ou letrar,

mas exige estratégias pedagógicas diferenciadas, atenção individualizada e recursos diversificados dentro da escola.

O contexto escolar também exerce papel decisivo. Uma sala de aula que oferece diferentes estímulos — como livros didáticos e literários, cartazes, murais com palavras, cantinhos de leitura, rodas de histórias, atividades de escrita criativa — contribui significativamente para que o aluno não apenas decore letras, mas compreenda a função da escrita em diferentes situações. Além disso, o relacionamento entre professores e alunos, a valorização da participação, a escuta ativa e a criação de um ambiente acolhedor impactam diretamente no engajamento do estudante. Uma criança que sente que sua voz é ouvida, que seus textos são lidos e apreciados, tende a se interessar mais pela leitura e pela escrita.

Outro ponto relevante é a cultura local. Cada comunidade possui suas próprias tradições, linguagem, valores e práticas de comunicação. Alfabetizar e letrar dentro de um contexto cultural reconhecível permite que o aprendizado faça sentido. Por exemplo, ao trabalhar textos que falam de festas locais, culinária, folclore ou histórias da própria região, o professor aproxima a criança da leitura e escrita de forma significativa. Ela entende que o conhecimento não é abstrato ou distante, mas está presente em seu cotidiano e em sua própria história.

As desigualdades sociais também se refletem diretamente nesse contexto. Crianças e jovens que vivem em comunidades com acesso limitado a escolas de qualidade, bibliotecas, tecnologia ou materiais de leitura frequentemente apresentam lacunas significativas no processo de alfabetização. A pandemia da COVID-19 evidenciou ainda mais essas disparidades, mostrando que alunos sem acesso à internet ou recursos digitais tiveram seu aprendizado interrompido ou atrasado, enquanto outros continuaram a avançar sem grandes dificuldades. Isso demonstra que o contexto social e econômico não é apenas um detalhe, mas um fator determinante no sucesso ou fracasso da alfabetização e do letramento.

Além disso, a influência da mídia, da tecnologia e das práticas digitais modernas também altera o contexto cultural da aprendizagem. Crianças que interagem desde cedo com tablets, smartphones e jogos digitais podem apresentar formas diferentes de desenvolver a leitura e a escrita. Embora esses

recursos não substituam o ensino tradicional, eles podem servir como aliados, tornando a aprendizagem mais lúdica, significativa e próxima do mundo contemporâneo. A escola, nesse sentido, precisa equilibrar tradição e inovação, oferecendo práticas que dialoguem tanto com os códigos da escrita formal quanto com as experiências culturais e tecnológicas do aluno.

Portanto, compreender o contexto social e cultural não é apenas uma questão pedagógica, mas também ética. Educar para a leitura e a escrita envolve reconhecer as experiências, limitações e saberes prévios de cada aluno, valorizando sua história e oferecendo oportunidades reais de aprendizagem. Ignorar essas dimensões significa desconsiderar a diversidade e perpetuar desigualdades, enquanto reconhecer o contexto promove uma alfabetização mais inclusiva, significativa e transformadora.

Em síntese, a aprendizagem da leitura e da escrita depende não apenas da técnica, mas da interação do indivíduo com seu meio social e cultural. A alfabetização e o letramento só se tornam completos quando o aluno compreende que a escrita tem sentido, função e poder em sua vida cotidiana, podendo transformar sua realidade e participar ativamente da sociedade.

A questão dos métodos de alfabetização e letramento é uma das mais debatidas na educação brasileira e mundial. Não existe um único caminho correto, mas sim uma variedade de abordagens que podem ser utilizadas, dependendo do contexto da turma, das necessidades dos alunos e da formação do professor. Historicamente, os métodos passaram por diversas transformações, e compreender essa evolução ajuda a perceber como a prática pedagógica se adaptou às necessidades sociais e cognitivas das crianças.

Um dos métodos mais tradicionais é o método fônico, também chamado de método sintético. Ele enfatiza o aprendizado das letras e dos sons correspondentes, de forma sistemática, para que o aluno consiga, gradualmente, decodificar palavras e construir frases. Por exemplo, uma criança aprende primeiro os sons de cada letra (“B” = /b/, “A” = /a/), depois combina essas letras para formar sílabas (“BA”, “BE”, “BO”) e, finalmente, palavras completas (“bala”, “bola”). Esse método tem a vantagem de fornecer um caminho estruturado e previsível para a alfabetização, permitindo que o aluno compreenda a lógica da escrita. No entanto, ele pode ser visto como rígido e pouco contextualizado, já

que o aluno aprende palavras isoladas e regras antes de compreender o uso da escrita no cotidiano.

Em contraste, o método construtivista, baseado nas pesquisas de Emília Ferreiro e Ana Teberosky, parte do pressuposto de que a criança constrói conhecimento ativamente. Nesse método, o professor observa as hipóteses da criança sobre a escrita e a leitura, respeita seus erros e os utiliza como oportunidades de aprendizagem. Por exemplo, se uma criança escreve “GATO” como “GATU”, o professor não corrige simplesmente, mas questiona: “Por que você escreveu assim? O que você quis representar com essas letras?” Essa abordagem valoriza a interpretação, a criatividade e a construção de sentido, permitindo que a alfabetização seja mais significativa e conectada à experiência da criança.

Outro método amplamente utilizado é o método global ou semântico, que prioriza a compreensão de palavras e textos como unidades de significado. Aqui, o aluno aprende a reconhecer palavras inteiras, associando-as ao contexto, às imagens ou à situação em que aparecem. Por exemplo, ele pode aprender a palavra “sol” ao ver uma ilustração e ler repetidamente essa palavra em diferentes contextos. Esse método favorece a memorização de palavras comuns e a leitura rápida, mas pode ser limitado quando o aluno encontra palavras desconhecidas e precisa decodificar novos termos.

Na prática pedagógica contemporânea, é cada vez mais comum a utilização de métodos mistos, que combinam aspectos fonéticos, construtivistas e globais. Isso significa que o professor pode trabalhar a decodificação de letras e sílabas, mas também propor atividades de escrita criativa, leitura de textos reais e jogos de linguagem. A ideia é respeitar o ritmo individual de cada aluno, oferecendo diferentes caminhos para que todos consigam ler e escrever de forma funcional e significativa.

Além do método propriamente dito, as práticas pedagógicas têm papel crucial. A alfabetização e o letramento não ocorrem apenas com caderno e lápis. É necessário criar experiências de leitura e escrita que façam sentido no dia a dia do aluno. Por exemplo, propor que os alunos escrevam uma receita de bolo, uma carta para um colega, um bilhete para a professora ou um aviso para a escola. Todas essas atividades envolvem escrita, mas em contextos reais, mostrando que a leitura e a escrita têm utilidade prática e social.

As rodas de leitura são outra prática pedagógica fundamental. Nelas, o professor lê uma história em voz alta, os alunos participam da narrativa, discutem personagens, acontecimentos e sentimentos. Essa prática estimula a interpretação, a empatia, a capacidade de argumentação e a criatividade, habilidades

que fazem parte do letramento. Além disso, a criança percebe que ler e escrever é prazeroso, não apenas uma obrigação escolar.

O uso da tecnologia também está se tornando cada vez mais importante na alfabetização e no letramento. Jogos educativos, aplicativos de leitura, plataformas digitais e vídeos podem motivar os alunos, oferecendo estímulos variados. Por exemplo, um aplicativo que permite formar palavras a partir de letras móveis, ou que narra histórias interativas, pode reforçar tanto o reconhecimento das letras quanto a compreensão de textos. No entanto, é essencial que o uso da tecnologia seja mediado pelo professor e integrado ao currículo, evitando que se torne apenas entretenimento.

Outro ponto relevante é a diversidade cultural e linguística dos alunos. Em escolas onde crianças falam diferentes línguas ou dialetos em casa, o professor precisa adaptar suas práticas, reconhecendo e valorizando esses saberes prévios. Isso não só facilita o aprendizado, como também promove respeito e valorização da diversidade, contribuindo para uma educação mais inclusiva e significativa.

Por fim, a alfabetização e o letramento também envolvem a formação contínua dos professores. Metodologias podem mudar, tecnologias podem surgir, mas sem professores preparados e engajados, mesmo o melhor método será ineficaz. A observação, a reflexão sobre a prática, a troca de experiências entre docentes e o estudo constante são essenciais para que a aprendizagem seja realmente significativa.

Em resumo, métodos e práticas pedagógicas não são apenas técnicas; são caminhos que permitem à criança ou ao adulto construir sentido da leitura e da escrita, relacionando essas habilidades com a vida real, o cotidiano e a sociedade. Quanto mais variadas, contextualizadas e reflexivas forem essas práticas, maior será a chance de formar indivíduos não apenas alfabetizados, mas verdadeiramente letrados, capazes de usar a linguagem como ferramenta de compreensão, expressão e participação social.

Apesar dos avanços registrados nas últimas décadas, a alfabetização e o letramento no Brasil ainda enfrentam desafios significativos, muitos dos quais estão profundamente ligados às desigualdades sociais, econômicas e culturais do país. Alfabetizar e letrar não é apenas uma questão de ensinar letras e palavras: trata-se de garantir o acesso ao conhecimento, à participação social e à cidadania plena, algo que nem todas as crianças e adultos brasileiros conseguem alcançar de forma equitativa.

Um dos principais desafios é a desigualdade regional. Estudos e dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) mostram que crianças de regiões metropolitanas, onde o acesso a recursos educacionais é maior, geralmente apresentam melhores índices de alfabetização do que aquelas de zonas rurais ou periferias urbanas. Nessas áreas, escolas podem não ter bibliotecas, laboratórios, materiais didáticos atualizados ou professores qualificados, fatores que impactam diretamente a aprendizagem. Por exemplo, uma criança que frequenta uma escola sem livros didáticos, sem atividades de leitura e com poucos estímulos de escrita tem muito mais dificuldade para se alfabetizar e se tornar letrada do que outra que possui acesso a esses recursos.

Outro desafio relevante é a formação docente. Muitos professores dos anos iniciais do ensino fundamental não recebem treinamento específico e continuado para lidar com a alfabetização e o letramento, o que prejudica a qualidade do ensino. A alfabetização exige técnicas pedagógicas específicas, sensibilidade para reconhecer dificuldades individuais e estratégias diversificadas para atender diferentes ritmos de aprendizagem. Sem uma formação sólida, o professor pode repetir métodos antigos ou pouco eficazes, deixando lacunas que se tornam mais difíceis de superar nos anos seguintes.

O contexto socioeconômico das famílias também é um fator determinante. Crianças que vivem em condições de pobreza enfrentam barreiras adicionais: falta de acesso a livros, internet, espaços adequados para estudar, alimentação adequada e tempo de atenção dos responsáveis. Muitas vezes, essas crianças precisam conciliar estudo com tarefas domésticas ou trabalho infantil, o que prejudica significativamente o aprendizado. Além disso, famílias com baixo nível de

escolaridade podem não conseguir oferecer suporte adequado em casa, tornando a escola o único espaço de contato com a leitura e a escrita.

A pressão por resultados rápidos também representa um desafio. Muitas vezes, políticas públicas e avaliações externas cobram desempenho elevado em um curto espaço de tempo, sem considerar que a alfabetização é um processo gradual, que exige repetição, prática e compreensão profunda da língua escrita. Essa pressão pode gerar frustração em alunos e professores, levando a um ensino mecanizado, centrado apenas em passar exercícios e cumprir metas, sem garantir a real compreensão e o desenvolvimento do letramento.
Além disso, as diferenças individuais entre alunos devem ser levadas em conta. Cada criança possui ritmos, habilidades cognitivas e estilos de aprendizagem distintos. Algumas aprendem rapidamente a ler e escrever, enquanto outras precisam de mais tempo e estímulos variados. Ignorar essas diferenças e tratar todos da mesma forma dificulta o processo de alfabetização e prejudica o desenvolvimento do letramento, gerando lacunas que se estendem ao longo da vida escolar e até na vida adulta.
Outro desafio crescente é a influência das novas tecnologias. Embora ferramentas digitais possam ser grandes aliadas, elas também apresentam riscos quando utilizadas de forma inadequada. O uso excessivo de telas, aplicativos sem acompanhamento pedagógico e conteúdos superficiais pode gerar distração e reduzir o interesse por leituras mais complexas. É necessário equilibrar a tecnologia com práticas que incentivem leitura, escrita e reflexão crítica, garantindo que o letramento não se limite ao consumo passivo de informações digitais.
Por fim, é importante destacar os desafios culturais e linguísticos. No Brasil, diversas crianças e jovens falam línguas ou dialetos diferentes do português padrão em casa. Essa diversidade precisa ser reconhecida e valorizada na escola, utilizando métodos que respeitem os saberes prévios e promovam a transição para a escrita formal de forma inclusiva. Ignorar essas diferenças pode gerar dificuldades adicionais na alfabetização e marginalizar o aluno culturalmente, dificultando seu processo de letramento.
Em síntese, os desafios da alfabetização e do letramento no Brasil são múltiplos e interconectados: desigualdade regional, baixa formação docente, condições socioeconômicas desfavoráveis, pressões institucionais, diferenças individuais, influência da tecnologia e diversidade cultural. Superar esses desafios exige políticas públicas consistentes, investimentos em formação de

professores, recursos adequados, valorização do contexto cultural e social dos alunos e práticas pedagógicas inclusivas e significativas. Garantir que todas as crianças e jovens aprendam a ler e escrever, e que se tornem efetivamente letrados, é não apenas um objetivo educacional, mas um compromisso social e ético fundamental para o desenvolvimento do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alfabetização e o letramento não são apenas etapas iniciais da educação formal; são pilares fundamentais para a formação do indivíduo, para a participação social e para o exercício pleno da cidadania. Ao longo do artigo, percebe-se que alfabetizar vai muito além de ensinar letras e sílabas: trata-se de abrir caminhos para a compreensão do mundo, permitindo que o indivíduo leia, escreva, interprete e se comunique de maneira significativa. O letramento, por sua vez, amplia esse processo ao conectar a leitura e a escrita à vida cotidiana, ao trabalho, à cultura e à sociedade, transformando o conhecimento em ação.
Os desafios são complexos e múltiplos, envolvendo desigualdades regionais, limitações socioeconômicas, diferenças individuais, lacunas na formação docente e questões culturais e linguísticas. Superar essas barreiras exige políticas públicas consistentes, investimentos em recursos e formação de professores, além de práticas pedagógicas inclusivas e contextualizadas. É necessário reconhecer que a alfabetização e o letramento são processos contínuos, que acompanham o indivíduo ao longo da vida, e que a escola desempenha um papel central, mas

não exclusivo, nesse percurso.
Outro ponto relevante é a importância de aproximar a aprendizagem da realidade do aluno. Atividades significativas, como escrever cartas, criar histórias, interpretar textos do cotidiano, e até mesmo explorar tecnologias educacionais, tornam a leitura e a escrita ferramentas vivas e úteis. Quando os alunos percebem a função social da linguagem, o interesse aumenta, a compreensão se aprofunda e o letramento se consolida de maneira mais sólida. Por fim, a alfabetização e o letramento devem ser vistos como direitos fundamentais e como instrumentos de transformação social. Garantir que todos os cidadãos tenham acesso a esses processos é promover igualdade, justiça e autonomia. Uma sociedade que investe em alfabetização e letramento investe

em sua própria capacidade de crescer de forma crítica, participativa e sustentável. Portanto, educadores, gestores, famílias e toda a sociedade precisam unir esforços para que cada indivíduo possa não apenas aprender a ler e escrever, mas usar essas habilidades de forma significativa para interpretar, compreender e transformar seu mundo.
Em síntese, alfabetização e letramento são mais do que competências escolares: são ferramentas de liberdade, cidadania e construção de um futuro mais justo e consciente.

REFERÊNCIAS

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artmed, 2016.
MORTATTI, Maria do Rosário. História dos métodos de alfabetização no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2020.
BRASIL. Ministério da Educação. PNA – Política Nacional de Alfabetização. Brasília: MEC, 2019.
SOUZA, Maria Helena de. Alfabetização e letramento: práticas e desafios. São Paulo: Cortez, 2021.
LIMA, José Carlos. Educação, leitura e cidadania. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.
UNESCO. Relatório mundial sobre alfabetização e letramento. Paris: UNESCO, 2022.